



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 17 de Março de 2004 (18.03)
(OR. fr)**

7450/04

**COPEN 30
EJN 14
EUROJUST 18**

NOTA DE ENVIO

de: Daniel LECRUBIER, Conselheiro para a Justiça e os Assuntos Internos,
Representação Permanente da França junto da União Europeia

data de recepção: 16 de Março de 2004

para: Charles ELSSEN, Director-Geral, Secretariado-Geral do Conselho, DG H

Assunto: Declarações relativas à decisão-quadro de 13 de Junho de 2002, transmitidas ao
Secretariado-Geral do Conselho no âmbito da implementação do mandado de
detenção europeu

Senhor Director-Geral,

Tenho a honra de junto enviar a V. Exa. as declarações das autoridades francesas no âmbito da implementação da decisão-quadro relativa ao mandado de detenção europeu.

(Fórmula de cortesia)

a) Daniel LECRUBIER

**DECLARAÇÕES RELATIVAS À DECISÃO-QUADRO DE 13 DE JUNHO DE 2002,
TRANSMITIDAS AO SECRETARIADO-GERAL DO CONSELHO
NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO
DO MANDADO DE DETENÇÃO EUROPEU**

N.º 3 do artigo 6.º

O Governo da República Francesa designa:

- os magistrados do Ministério Público como autoridades judiciais competentes para emitir mandados de detenção europeus a fim de fazer executar mandados de detenção emitidos por órgãos jurisdicionais de instrução, de julgamento ou de aplicação de penas, e para assegurar a execução de penas privativas de liberdade,
- os procuradores (procureurs généraux) e as secções de instrução como autoridades judiciais competentes para dar execução aos mandados de detenção europeus emitidos por autoridades judiciais estrangeiras.

Artigo 7.º

O Governo da República Francesa designa o Ministério da Justiça, Direcção dos Assuntos Criminais e Indultos, Subdirecção da Justiça Penal Especializada, Gabinete do Auxílio Judiciário Mútuo Internacional em Matéria Penal (Ministère de la justice, direction des affaires criminelles et des grâces, sous-direction de la justice pénale spécialisée, bureau de l'entraide pénale internationale, 13, Place Vendôme, 75042 Paris CEDEX 01), para:

- transmitir, por via diplomática, às autoridades de outro Estado ou a qualquer organização internacional os pedidos emanados das autoridades judiciais francesas no sentido de retirar qualquer privilégio ou levantar a imunidade de que a pessoa procurada eventualmente beneficie nesse outro Estado ou junto dessa organização internacional;

- receber, por via diplomática, os pedidos emanados das autoridades judiciárias estrangeiras no sentido de retirar qualquer privilégio ou levantar a imunidade de que a pessoa procurada eventualmente beneficie em França.

N.º 2 do artigo 25.º

O Governo da República Francesa designa o Ministério da Justiça, Direcção dos Assuntos Criminais e Indultos, Sub direcção da Justiça Penal Especializada, Gabinete do Auxílio Judiciário Internacional em Matéria Penal (Ministère de la justice, direction des affaires criminelles et des grâces, sous-direction de la justice pénale spécialisée, bureau de l'entraide pénale internationale, 13, Place Vendôme, 75042 Paris CEDEX 01) como autoridade competente para receber os pedidos de trânsito e os documentos necessários, bem como qualquer outra correspondência oficial relativa a pedidos de trânsito.
